



Antonio Carlos recebeu projeto de Orçamento das mãos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares

Orçamento 2000 e PPA já estão no Congresso

Plano Plurianual de Investimentos prevê inflação declinante ao longo dos próximos quatro anos e crescimento econômico de 5% em 2003

A proposta de Orçamento da União para o ano 2000 e o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) já se encontram no Congresso Nacional. O projeto orçamentário, que prevê recei-

tas de R\$ 229 bilhões, foi entregue ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

PÁGINA 3

Índios Truká, Xukuru, Atikum e Tumbalalá, dos estados de Pernambuco e Bahia, acompanharam da galeria a votação do projeto de criação do subsistema de saúde

ÍNDIOS TERÃO NOVO SISTEMA DE SAÚDE

As populações indígenas deverão contar com um subsistema de atenção à saúde integrado ao SUS. É o que prevê projeto aprovado ontem em plenário e enviado à sanção presidencial.

PÁGINA 4



CAE debate endividamento nordestino

Governadores do Nordeste debateram ontem com senadores da Comissão de Assuntos Econômicos alternativas para amenizar a situação financeira de seus

estados. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu solução negociada para a redução das despesas com o pagamento da dívida.

PÁGINAS 6 E 7

Senadores discutiram propostas para aliviar finanças estaduais



CPI alerta contra decisões do STF

A CPI do Sistema Financeiro decidiu ontem apresentar aos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, os problemas provocados por recentes decisões do Supremo Tribunal Federal. "As decisões afetam o funcionamento de qualquer CPI", avalia o senador Pedro Simon.

PÁGINA 9

ACM defende plano de aproveitamento de rios nordestinos

Proposta, já apresentada ao governo, destina-se a resolver problema da seca que existe na região

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu no início da noite de ontem a elaboração de um plano nacional para o aproveitamento das águas de vários rios que cortam o Nordeste, visando resolver o problema da seca que existe na região. Ele revelou já ter conversado sobre o assunto com o ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que comprometeu-se a designar uma comissão para estudar o tema.

Sobre a transposição das águas do rio São Francisco para os estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, Antonio Carlos disse que espera saber detalhes sobre a viabilidade do projeto. Ele acrescentou que a proposta levantada por ele é de aproveitamento hídrico de outros rios nordestinos onde há água em boas condições.

Falando aos jornalistas logo após ter participado de uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que contou com a presença de governadores dos estados nordestinos, Antonio Carlos afirmou que concorda com a redução do comprometimento da dívida dos estados junto à União, contanto que seja em acordo com o governo. Ele também defendeu uma política compensatória para as regiões menos desenvolvidas do Brasil, como o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste.

Antonio Carlos disse acreditar que o governo federal compreenderá a situação dos estados e promoverá uma nova negociação, até para que a União possa receber o que lhe é devido. Ele observou que a Bahia não está liderando a renegociação das dívidas, mas se beneficiará caso o governo tome esta decisão.



Antonio Carlos recebeu em seu gabinete o senador Luiz Otávio e comitiva que incluía o empresário Valter Minari

Empresário conversa com senador sobre investimento na Bahia

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) foi recebido no início da noite de ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Na companhia do deputado federal Giovanni Queiroz (PDT-PA) e do prefeito do município de Redenção (PA), Mário Moreira, o senador apresentou ao presidente do Senado o empresário Valter Minari, que atua no ramo da agropecuária e está pretendendo investir no municí-

pio baiano de Itapetinga.

Segundo informou Luiz Otávio, Minari é sócio de diversos frigoríficos em todo o Brasil, sendo dois no Pará, dois em Mato Grosso e um em Goiás. Todas as empresas da qual ele faz parte são responsáveis por um abate de 45 mil cabeças de gado por mês. O projeto que o empresário pretende desenvolver na Bahia representa um abate diário de mil cabeças e a geração de mil empregos no estado.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional
- ▶ 15h - Recebe Hubert Védrine, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara dos Deputados*
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro e último dia de discussão em 2º turno da *PEC nº 53/99, que ajusta o texto constitucional à criação do Ministério da Defesa; *PDL nº 14/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Vanguarda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cornélio Procopio (PR); *PLC nº 12/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; *PDL nº 117/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre os governos do Brasil e da Jamaica; *PR nº 82/99, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 15 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) - Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia (Prarco); e *Requerimento nº 415/99, do senador Osmar Dias, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 465/99, de sua autoria, que dispõe sobre a importação, comercialização e uso de agrotóxicos, seus componentes e afins.

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais
Audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Assunto: recursos do Orçamento da União para a área social, em particular aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, através da disponibilização de financiamentos externos para alívio da pobreza
Pauta: *PLS nº 440/99, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos regionais da profissão de técnico agrícola; *PLS nºs 122, 198 e 223, de 1999, altera a Lei nº 8.036/90, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de anuidades do ensino médio e de curso superior; altera o art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação; *PLS nº 356/99, altera o art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação; e *PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLS nº 180/99, que acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096/95, de modo a permitir a criação de federação de partidos políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do parágrafo 2º do art. 47 da Lei nº 9.504/97; *PLS nº 482/99, altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação; *PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; *PLS nº 93/99, anistia os eleitores e os membros de mesa receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral -, por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro de 1998; *PLS nº 99/99, altera os artigos 17 e 19 da Lei nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juizes eleitorais; *PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; *PEC nº 49/99, acrescenta parágrafo aos artigos 28 e 29 da Constituição federal para estabelecer que a transmissão de cargo, substituição ou a sucessão de governador e de prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares; *PEC nº 32/99, acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; *PLS nº 61/99, altera a redação do artigo 46 da Lei nº 9.504/97; e *PEC nº 15/99, altera os arts. 28, caput, 29, inciso III, e 82 da Constituição federal, para fixar a posse de prefeito, governador, presidente da República e respectivos vices em 15 de dezembro do mesmo ano da eleição. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 160/99, submete à apreciação do Senado a escolha de José Nogueira Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel; *PDL nº 148/98, aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas; *PDL nº 36/99, aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado

entre os governos do Brasil e da Argentina; *PDL nº 43/99, aprova o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul; *PDL nº 134/99, aprova a adesão do Brasil ao texto do Acordo de Cooperação entre as Repúblicas Populares de Angola e Moçambique, as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portuguesa e as Repúblicas Democráticas de São Tomé e Príncipe no Domínio do Desporto; e os *Requerimentos s/nº/99, do senador Tião Viana, solicitando sejam realizadas audiências públicas sobre o tema "A Amazônia - patrimônio ameaçado?"; e do senador Roberto Freire solicitando a convocação dos ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e da Defesa, Elcio Alvares; Cleuber Vieira, general e comandante do Exército; Sérgio Chagas Teles, almirante-de-esquadra e comandante da Marinha; e Walter Werner Brauer, tenente-brigadeiro e comandante da Aeronáutica para prestarem informações sobre posição brasileira acerca da tentativa de regionalização pelos Estados Unidos dos conflitos internos da Colômbia, bem como da ingerência norte-americana nos assuntos internos brasileiros referentes à política de combate ao narcotráfico. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

Após a Ordem do Dia - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 236/99, que dispõe sobre educação profissional em nível nacional; *PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; *PLS nº 341/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos; *PLS nº 340/99, que institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano; *PLC nº 146/99, que denomina "Aeroporto Internacional de Guarulhos - Ulysses Guimarães" o Aeroporto Internacional de São Paulo no município de Guarulhos (SP); *PLS nº 320/99, que denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco (AC); e *PDLs nºs 168, 74, 112, 134, 140, 142, 148, 160, 163, 167, 154, 82, 33, 164, 78, 111, 165, 161, de 1999, que aprovam atos que renovam a permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

ESPECIAL

- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Ação entre Amigos*, de Beto Brant. *Auditório Petrônio Portella*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

- Quinta-feira
- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 47/98, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2.929/56, que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas; *PDL nº 118/99, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica celebrado entre os governos do Brasil e da Rússia; e Requerimento nº 429/99, do senador Ernandes Amorim, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 413/99, de sua autoria, que cria o Conselho Federal e os conselhos regionais de técnicos industriais.
- Sexta-feira
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

- Quinta-feira
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *PLS nº 255/97, fixa o prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte; *PLS nº 12/99, que transfere os recursos previstos no art. 159, I, c, da Constituição para a gestão do Banco de Brasília; *PR nº 79/99, que concede, excepcionalmente, autorização global aos estados para contratar operação de crédito junto ao governo federal destinada a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização da Magistério, criado pela Lei 9.424/96, nos termos da Medida Provisória 1.861-15/99, e suas posteriores reedições; e *PLS nº 32/96, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
- ▶ 14h - Comissão Mista para Erradicar a Pobreza
Pauta: Exposição institucional de técnicos do Ipea
Convidados: Roberto Borges Martins, presidente do Ipea; Ricardo Paes de Barros, diretor de Políticas Sociais; Ricardo Henriques; Marcelo Neri; Lauro Ramos; Lena Lavinas; e Ana Lobato. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM recebe proposta orçamentária para 2000

Projeto entregue pelo ministro do Planejamento ao presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, prevê a destinação de 67% das verbas de custeio e investimento para a área social

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, recebeu do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, a proposta orçamentária da União para o ano 2000. Seu valor global alcança R\$ 229 bilhões e prevê, de acordo com José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, a destinação de 67% das verbas de custeio e investimento para a área social.

Após a audiência do ministro com o presidente Antonio Carlos na manhã de ontem, Arruda explicou que o Orçamento da União para o ano 2000 procurou levar em conta três diretrizes básicas: "Estar de acordo com o ajuste fiscal, para não produzir inflação; concentrar recursos em nove grandes eixos de desenvolvimento; e promover um incremento bastante razoável na destinação de recursos para a área social".



A proposta orçamentária, recebida por Antonio Carlos das mãos do ministro Martus Tavares, toma por base uma inflação anual de até 8% em 2000

O governo, acrescentou ele, trabalha com uma perspectiva de crescimento da economia brasileira para o ano que vem da ordem de 4%, com uma inflação anual estimada em até

8%, e espera elevação de receitas por conta dessa expansão do PIB. Arruda garantiu que o governo não "promoveu qualquer aumento de imposto em relação a 99".

ORÇAMENTO DA UNIÃO

(Comparação 1999 - 2000)

Discriminação	1999 - Reprogramado		2000 - Projeto de Orçamento	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1 - Receita Total	211.052,1	21,68	229.215,7	21,34
2 - Despesa Total	186.698,5	19,17	200.752,5	18,69
3 - Resultado Primário [1-2]	24.353,6	2,50	28.463,3	2,65
4 - Juros Reais	-73.297,3	-7,53	-25.827,4	-2,40
5 - Resultado Operacional [3-4]	-48.943,7	-5,03	2.635,9	0,25

Plano Plurianual prevê criação de 8,5 milhões de empregos em quatro anos

O Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para os próximos quatro anos e a proposta de orçamento da União para o ano que vem, apresentados ontem pelo Executivo ao Congresso, prevêem números positivos para a economia e para as contas do governo federal.

A arrecadação tributária deverá crescer 8,6% no ano 2000, enquanto a inflação cairá para 6,07% (nesse ano, o IGP-DI da FGV deve ficar próximo de 8%). Para 2001, a meta inflacionária é de 4,32%; em 2002, de 3,45%; e em 2003, de 2,99%.

Mas a melhor previsão é sobre o desempenho da economia: no próximo ano, o PPA prevê um crescimento de 4%, contra a queda de 0,12% em 1998. Pelas previsões do governo, em 2001 a economia crescerá 4,5%, pulando para 5% nos dois anos seguintes.

Os números favoráveis não param por aí. O emprego, por exemplo, deverá apresentar um crescimento médio de 2,7% ao ano, prevendo-se a geração de 8,5 milhões de novos postos de trabalho. Para o governo, o aumento

no emprego será "suficiente para absorver completamente as pessoas que vão ingressar na força de trabalho e retirar 1 milhão de trabalhadores do desemprego". Ou seja, tais índices significam, ainda de acordo com o PPA, que a taxa de desemprego cairá 1,5 ponto percentual daqui a quatro anos.

O PPA, chamado pelo governo de "Avança, Brasil", prevê que serão gastos do ano 2000 ao ano 2003 R\$ 1,113 trilhão, sendo R\$ 741,6 bilhões oriundos de receitas fiscais e da seguridade e mais R\$ 117,5 bilhões das empresas estatais. De acordo com o documento, o governo espera ainda usar nos próximos quatro anos R\$ 115,4 bilhões provenientes de parcerias e outros R\$ 96,5 bilhões das agências oficiais de crédito.

O Plano Plurianual trabalha com projetos que exigem parceria com os estados, municípios, empresas estatais e setor privado para bancar a execução de 365 programas. Assim, o documento prevê a utilização, nos quatro anos, de R\$ 32,2 bilhões dos fundos constitucionais (aplicações obrigatórias nos esta-

dos) e conta ainda com R\$ 9,9 bilhões de renúncia fiscal.

As maiores aplicações do PPA se darão no desenvolvimento social (R\$ 585 bilhões, ou 59% do total), seguidas de infra-estrutura econômica (R\$ 212 bilhões), setor produtivo (R\$ 134 bilhões) e informação e conhecimento (R\$ 15,5 bilhões). Para a área de meio ambiente, foram reservados R\$ 3,3 bilhões e, para a Justiça, R\$ 4 bilhões.

Outra boa notícia contida no PPA e no Orçamento para o ano que vem são os gastos do governo federal com juros. Neste ano, a União está gastando com sua dívida R\$ 73,2 bilhões, de acordo com o Orçamento reprogramado. Para o ano 2000, o Orçamento trabalha com gastos reais de R\$ 25,8 bilhões, uma queda de 64,7%, resultado do corte nas taxas de juros. A taxa nominal de juros média que o governo pagará por seus títulos no ano que vem ficará em 13,4% por mês, conforme declaração do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

Senador defende mais recursos para o combate à miséria

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, declarou ontem, pouco antes de receber a proposta orçamentária da União para o ano 2000, que é consenso no Congresso Nacional a preocupação em aumentar os recursos para a área social a fim de garantir-se o atendimento desejado à população mais pobre do Brasil.

Antonio Carlos disse ter expectativa positiva em relação ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA), que prevê um crescimento da economia entre 4% e 5% já a partir do ano que vem. O senador observou, entretanto, que para que tal patamar seja atingido "são necessários muito esforço e a conclusão das reformas que estão aí, inclusive a da Previdência".

O caráter autorizativo do Orçamento federal é uma característica da proposta que o senador quer mudar. Enquanto for autorizativo, destacou Antonio Carlos, "o governo domina o Orçamento". Quando a lei orçamentária aprovada pelo Legislativo refletir exatamente o que será feito no ano seguinte, "aí será um programa de go-

verno, como é, por exemplo, nos Estados Unidos", acrescentou. Para alcançar esse objetivo, segundo o senador, "o Congresso deverá colaborar, aprovando um orçamento enxuto".

A liberdade constitucional que o Congresso tem para alterar a proposta orçamentária foi destacada pelo senador. Ele disse esperar que seja atendido, no Orçamento da União para o ano 2000, o programa de combate à pobreza em discussão em uma comissão mista do Congresso. Antonio Carlos frisou que pretende "lutar por essa causa" e conseguir verbas para tal iniciativa.

A respeito das movimentações de grupos parlamentares para tentar incluir, nas regras para as eleições municipais do ano 2000, a obrigação da desincompatibilização dos prefeitos candidatos a um novo mandato, o presidente do Senado destacou sua "isenção" diante do tema, considerando que "os partidos ainda não têm uma posição sobre a questão". Mas fez uma ressalva: "Seria certa (a mudança) se já estivesse definida. Para valer às vésperas das eleições, é complicado".

O ministro da Cultura, Francisco Weffort, com Antonio Carlos Magalhães



Weffort pede apoio para defesa do patrimônio histórico

O ministro da Cultura, Francisco Weffort, comunicou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que depois de três anos de negociação o governo brasileiro deverá assinar dentro de 15 dias um acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para apoio ao patrimônio histórico de sete cidades brasileiras: Salvador, Olinda, Recife, São Luís, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo.

— Este é um projeto bastante amplo e que envolve a utilização de US\$ 250 milhões em três anos. Depois de todo o entendimento técnico com os ministérios econômicos, o que já foi feito, e após a assinatura com o BID, a decisão final dependerá do Senado. O presidente Antonio Carlos manifestou o maior interesse no assunto, e não tenho dúvida que ele vai apoiar esse projeto — afir-

mou Weffort.

Outro assunto abordado pelo ministro na audiência foi uma reivindicação feita pelos funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico, que pleiteiam ter suas carreiras reconhecidas como de Estado. Weffort disse que, apesar de ser um assunto difícil de ser encarado do ponto de vista político, ele considera o pleito justo.

O último tema da pauta da audiência foi o projeto que está tramitando no Senado propondo uma atualização da lei referente aos símbolos nacionais. O ministro informou que foi definida uma proposta junto com o Ministério da Educação, antigos ministérios militares e instituições cívicas, que resguarda o essencial do respeito que se deve aos símbolos nacionais, mas ao mesmo tempo eliminando restrições excessivas.

Aprovado sistema de saúde para os índios

Conforme o projeto, população indígena não só terá maior acesso aos serviços como poderá participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde

A União deverá destinar recursos orçamentários para financiar um subsistema de atenção à saúde das populações indígenas, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). É o que dispõe projeto aprovado ontem pelo plenário, com inúmeras lideranças indígenas nas galerias. O projeto, que agora vai à sanção presidencial, estabelece ainda as regras básicas para o funcionamento desse subsistema.

Ficou decidido que estados, municípios e outras instituições governamentais e não-governamentais poderão complementar o custeio e a execução dos serviços. A sua aplicação deverá considerar a realidade local e peculiaridades da cultura indígena, com uma abordagem que contemple não só a assistência à saúde, mas saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, educação sanitária e integração institucional.

Como o Sistema Único de Saúde, esse subsistema deverá ser descentralizado, hierarquizado e regionalizado. E deverão ser feitas adaptações no SUS nas regiões onde residem as populações indígenas, a fim de propiciar essa integração e o atendimento em todos os níveis. Os índios deve-

ter acesso aos serviços de saúde em âmbito local, regional e de centros especializados. E também terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde.

Na discussão que antecedeu a votação, o senador Tião Viana (PT-AC) destacou a necessidade de o Estado brasileiro responsabilizar-se pela saúde indígena. Para ele, com a sanção desse projeto, o Ministério da Saúde assumirá efetivamente essa obrigação. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) manifestou o desejo de que o projeto facilite o acesso dos índios aos serviços públicos de saúde. "Essa é uma grande tarde para o Senado", comemorou ele.

A senadora Marina Silva (PT-AC) registrou que, durante séculos, as populações indígenas foram prejudicadas em consequência das doenças adquiridas no contato com os brancos. "Esse projeto vem fazer justiça às vésperas das comemorações dos 500 anos", disse ela. Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Luiz Estevão (PMDB-DF) também manifestaram-se favoráveis à matéria.



Acompanhados por Marina Silva, líderes indígenas pediram a Antonio Carlos apoio ao projeto

Tribos pedem a Marina apoio na luta contra o narcotráfico

Quarenta índios das tribos Truká, Xukuru e Atikum, do estado de Pernambuco, e Tumbalalá, da Bahia, foram recebidos pela senadora Marina Silva, quando solicitaram apoio do Congresso Nacional para que seja colocado um ponto final na onda de violência patrocinada por narcotraficantes nessas áreas indígenas.

Os índios também pediram à senadora que lute pelo fim da impunidade de crimes ocorridos contra os povos indígenas do Nordeste. Eles reivindicaram uma ação enérgica das autoridades para que sejam esclarecidos os crimes que vitimaram os índios Abdom Atikum, Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe, Xicão Xukuru e, mais recentemente, integrantes da tribo Truká.

— Exigimos que esses crimes sejam reparados. Não aceitamos a omissão e o descaso do Ministério da Justiça e da Funai. Pedimos justiça e nunca fomos atendidos, uma vez que as lideranças que pedem o cumprimento dos direitos do seu povo são ameaçadas pelos invasores e impedidos de viver livremente nas suas comunidades — protestaram.

Os índios também entregaram à senadora Marina Silva um documento reivindicando uma série de providências, entre as quais o reconhecimento, pela Funai, dos tumbalalá como etnia indígena e a retirada de invasores, a regularização fundiária e a implantação de um novo modelo de saúde para os povos indígenas nordestinos.

ACM recebe líderes indígenas do Nordeste

Poucos minutos antes do início da Ordem do Dia de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu uma comitiva de índios das tribos Truká, Xukuru e Atikum, de Pernambuco, e Tumbalalá, da Bahia. Eles vieram pedir apoio para a aprovação do projeto de lei que estabelece condições para a criação e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas.

Falando em nome do povo Truká, o líder indígena Ailson Truká também pediu a Antonio Carlos que intercedesse junto ao Ministério da Justiça para acabar com a violência na sua aldeia. Ele disse que a briga pela demarcação de terras tem causado a morte de vários índios.

— Os fazendeiros estão matando nossas lideranças, um índio atrás do outro, e nós não estamos mais agüentando essa situação. Vimos pedir apoio ao senhor para a garantia de nossas vidas, do futuro dos nossos filhos e do fim de vida dos nossos velhos — disse Ailson ao presidente do Senado.

Antonio Carlos comprometeu-se a entrar em contato com o ministro da Justiça, José Carlos Dias, para, em nome do Senado, pedir o fim da violência contra os povos indígenas em Pernambuco e em todo o Brasil. Ele também falou da expectativa favorável pela aprovação, no Congresso, do projeto que cria atendimento de saúde para os índios.

Também ficou acertado, a pedido de Antonio Carlos, que cada um dos povos indígenas que estiveram no Congresso encaminhará à senadora Marina Silva um resumo dos problemas que enfrenta. O material servirá de base para o presidente do Senado cobrar providências das autoridades competentes.

Marina explicou que, além de pedir solidariedade para a criação de um serviço de saúde para as populações indígenas e solicitar providências para o fim da violência em suas terras, os índios vieram a Brasília denunciar o tráfico de drogas em terras demarcadas no Nordeste e cobrar a apreciação, pelo Congresso, do Estatuto do Índio.

Plenário fará na próxima semana sessões deliberativas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lembrou aos senadores que, mesmo com o feriado de 7 de Setembro, as sessões plenárias dos próximos dias 8 e 9 serão deliberativas, consistindo a Ordem do Dia no trabalho das comissões técnicas. Ele explicou que haverá registro da presença dos senadores no painel de votação situado no plenário, mas da Ordem do Dia constarão as matérias que aguardam deliberação nas comissões, que estarão reunidas na quarta e na quinta-feira da próxima semana.

Rádio do Amapá obtém permissão para funcionar

O Senado aprovou projeto permitindo à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. explorar serviços em frequência modulada na cidade de Oiapoque, no Amapá. Relator da matéria na Comissão de Educação, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou parecer favorável.

Na mesma sessão, os senadores realizaram o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que adequou a Constituição à criação do Ministério da Defesa e dos comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica. A matéria terá hoje seu terceiro dia de discussão.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999 (nº 626/98, na Casa de origem). Presidente da República. Altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição Federal (criação do Ministério da Defesa).

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em 2º turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o terceiro e último dia de discussão, em 2º turno.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 1999 (nº 79/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oiapoque (AP).

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 53 Não: 1 Abst.: 6 Total: 60. À promulgação.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1997 (nº 4.681/94, na Casa de origem). Dispõe sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas.

Resultado: Aprovado. À sanção.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Vetos a 31 projetos serão examinados pelo Congresso

Entre as matérias vetadas total ou parcialmente estão as propostas sobre reorganização das carreiras da Polícia Federal, anistia de multas impostas pelo Tribunal Superior do Trabalho e regulamentação da enfermagem profissional

Vetos do presidente da República a projetos sobre a reorganização das carreiras da Polícia Federal e a anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho estão na pauta da sessão conjunta do Congresso Nacional marcada para hoje, às 10 horas.

São 31 projetos de lei vetados parcial ou totalmente e que serão submetidos aos senadores e deputados, para decidirem pela manutenção ou rejeição dos vetos. Conforme determina a Constituição, o veto só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta

dos deputados e senadores – metade mais um da composição das duas Casas do Legislativo. Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao presidente da República, para promulgação.

Entre os projetos vetados, encontram-se também o que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas; o que prevê a descentralização dos serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros da União para os estados e municípios; o

que regula o exercício da enfermagem profissional; o que fixa o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas; e o que dispõe sobre a liberdade sindical.

A votação será secreta e cada parlamentar receberá uma cédula única de votação contendo todas as matérias vetadas. Ao lado de cada dispositivo vetado, há três quadros em branco com indicação do voto – sim, não e abstenção. A apuração será feita pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) logo após a sessão.



Para derrubar um veto do presidente da República, o Congresso Nacional precisa de maioria absoluta de deputados e senadores

Plenário do Senado deve votar hoje proposta sobre Ministério da Defesa

O plenário do Senado Federal cumpre hoje o terceiro e último dia de discussão em segundo turno da proposta de emenda à Constituição que ajusta ao texto constitucional a criação do Ministério da Defesa e dos comandos das três forças armadas. Após a discussão, a matéria poderá ser votada. Caso

seja aprovada, a PEC segue para promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados.

EMPRÉSTIMO

A pauta do Senado ainda prevê a discussão, em turno único, do projeto de resolução, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que autoriza o gover-

no federal a contrair empréstimo externo no valor de US\$ 15 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O empréstimo destina-se ao Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia (Proarco).

Comissão de Justiça analisa dez itens da reforma política

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje para deliberar sobre 10 itens da reforma política, que já teve um dos seus projetos – o que proíbe coligação em eleições proporcionais – votado em plenário na semana passada. Entre os itens da pauta está a votação, em turno suplementar, do substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto do senador José Agripino (PFL-RN), de modo a permitir aos partidos sem caráter nacional unirem-se em federações para ter acesso ao fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão.

A CCJ também votará, em caráter terminativo, projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) ampliando o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas, em todos os níveis da Federação. O parecer do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) é pela aprovação da matéria, com uma emenda. Na mesma reunião, será votado parecer do se-



Um dos projetos na pauta da CCJ é o que permite aos partidos sem caráter nacional a formação de federações para ter acesso à propaganda gratuita

gador Ramez Tebet (PMDB-MS) contrário ao projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que estabelece normas para a segurança e fiscalização do voto eletrônico.

Será ainda examinado projeto da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juízes eleitorais. O parecer do senador Roberto Freire (PPS-PE) é pela rejeição da matéria. A CCJ deve decidir ainda sobre proposta do senador

Ademir Andrade (PSB-PA) determinando que a transmissão de cargo, substituição ou sucessão de governador ou prefeito ocorrerá imediatamente após a ausência, impedimento ou vacância dos titulares.

Também consta da pauta proposta de emenda constitucional do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) fixando em 15 de dezembro do mesmo ano da eleição a posse de prefeito, governador, presidente da República e respectivos vices. O parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é pela aprovação da matéria.

Tavares fala na CAS sobre recursos para a área social

O combate à pobreza entra na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com a audiência pública marcada para hoje, às 9 horas, tendo como convidado o ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que irá falar sobre os recursos da União destinados à área social.

Após a audiência, a CAS se reúne para deliberar, em decisão terminativa, sobre projetos do Senado que beneficiam estudantes carentes com dificuldades de cus-

tear seus estudos. De acordo com as propostas, o estudante poderá utilizar o FGTS no pagamento de anuidades do ensino médio e de curso superior.

Os senadores ainda irão analisar, em decisão terminativa, o projeto de lei que permite aos hospitais universitários captarem recursos provenientes de internações hospitalares. Outra proposta na pauta é a que trata da criação dos conselhos federal e regionais da profissão de técnico agrícola.

Senadores aprovam voto de pesar por dom Hélder Câmara

O plenário do Senado aprovou ontem a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de dom Hélder Câmara. Determinou, também, o envio de condolências à família, ao estado de Pernambuco e à Arquidiocese de Olinda e Recife, conforme requerimento da líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC).

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em nome da Mesa, da Casa e do Congresso, associou-se à homenagem proposta pela senadora, dizendo que o requerimento “representa a participação de todo o povo brasileiro na saudade ao grande bispo dom Hélder Câmara, o padre Hélder”.

Na sessão de segunda-feira, lembrou, vários senadores manifestaram seu pesar, “mas vale

destacar as palavras da senadora Marina Silva, que, em pronunciamento excepcional, traçou a figura do nosso querido arcebispo dom Hélder, dizendo de suas qualidades morais, de coragem e da sua luta no regime militar”.

Antonio Carlos relatou ter conhecido padre Hélder durante o regime militar e com ele ter conversado várias vezes no Retiro de São Francisco “sobre problemas existentes. Algumas vezes pude ajudá-lo a resolvê-los”. O cardeal Eugênio Sales, que então era bispo, promovia os encontros, disse.

O senador fez questão de homenagear sobretudo padre Hélder: “No Rio de Janeiro, antes de ir para Recife e Olinda, ele foi, sem dúvida, a grande figura da Igreja Católica nos últimos anos”.

CAE discute com estados do NE solução negociada para dívidas

José Alencar quer redução de 13% para 5% comprometimento das receitas estaduais com amortização, Roberto Saturnino defende um Plano Brady para os estados e Antero de Barros propõe um novo pacto federativo

O quadro geral da crise das finanças estaduais apresentado por governadores do Nordeste em audiência pública realizada ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não foi contestado pelos senadores presentes à reunião. Todos eles defenderam alguma proposta específica para amenizar a situação financeira dos estados.

Autor de projeto de resolução que reduz de 13% para 5% o comprometimento das receitas estaduais com o pagamento de dívidas com a União, nos termos de substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador José Alencar (PMDB-MG) assegurou que sua proposta não implicará em sacrifício para a União nem prejudicará a política de ajuste fiscal promovida pelo governo federal. Segundo os cálculos do senador, a redução representaria "seis milésimos da dívida pública consolidada da União", cerca de R\$ 4 bilhões.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), autor de projeto de resolução que cancela 40% da dívida dos estados e municípios com a União, disse que a dívida das unidades subnacionais é tão impagável quanto o foi a dívida externa brasileira no início da década de 80. "O Brasil está precisando de um Plano Brady para os estados", referindo-se à solução americana para a generalizada insolvência latino-americana que, então, poderia ter levado vários países a uma declaração unilateral de moratória.

URGÊNCIA

José Eduardo Dutra (PT-SE) enfatizou que o FEF e a Lei Kandir prejudicaram os estados mas "não caíram do céu", nem foram decretos-leis ou medidas provisórias, mas leis aprovadas em regime de urgência. "O governo federal contou com a complacência e o apoio, inclusive, dos governadores", que, a seu ver, mobilizaram as bancadas pela aprovação das medidas.

O quadro apresentado pelos governadores levou o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) a concluir pela necessidade de articular um novo pacto federativo, envolvendo os governadores e, sobretudo, o presidente da República. Ele defendeu que o conceito de receita líquida – base sobre a qual é definido o percentual de pagamento das dívidas estaduais – não abranja os recursos vinculados, por exemplo, os 25% destinados à educação. O senador concordou que os governadores, o Congresso Nacional e, especialmente, o Senado, têm responsabilidade "muito forte" em relação à situa-



Na Comissão de Assuntos Econômicos, os governadores expuseram o quadro geral de crise das finanças dos estados nordestinos

ção atual. Todos acreditaram que não haveria prejuízo, mas é preciso que os estados decidam o que pretendem em relação à Lei Kandir.

POLÊMICA

Por sua vez, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) considerou que contrapor interesses dos estados ao interesse da União é insistir numa falsa polêmica: "Os interesses dos estados são os interesses do país". Outra falsa polêmica, para ela, está na qualificação de "jurássicos" aos que cobram políticas nacionais do governo federal, na suposição de que "modernidade" implica ausência de Estado.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), em resposta a Dutra, lembrou que o refinanciamento das dívidas estaduais, o FEF e a Lei Kandir foram aprovados em outro cenário, de crescimento econômico. A solução deverá ser tripartite, defendeu, mas o Senado não tem como interferir em contratos, de modo que pode até convocar as partes contratantes, mas estados e União é que terão que chegar a um acordo.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou aos governadores presentes para que eles estudem com maior afinco a alternativa de criar um programa de garantia de renda mínima.

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN), finalmente, ponderou que quem emprestou os recursos é tão responsável por seu pagamento quanto aqueles que os tomam.

Participaram da reunião os governadores de cinco estados – Alagoas, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco –, além do vice-governador da Paraíba.

ACM abre encontro e apóia alternativa que não prejudique interesse nacional

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) solução negociada para a redução das despesas dos estados com o pagamento da dívida. Hoje os estados são obrigados a

destinar 13% da receita líquida com amortização e juros, conforme determina a Resolução 78 do Senado.

– Resoluções podem ser mudadas sem ferir o interesse nacional, porque a situação do país é difícil, mas sempre é possível chegar a um denominador comum – disse Antonio Carlos, na abertura da primeira de uma série de reuniões com governadores para se discutir o proble-



ACM e Suassuna (ao centro) participam da reunião com governadores do Nordeste na CAE

ma do endividamento.

O presidente do Senado disse que não há problema insolúvel e que a Casa estará sempre pronta a ajudar, agindo com espírito de equidade. Antonio Carlos elogiou a iniciativa da comissão de realizar o debate com os governadores e de ter começado pelo Nordeste, região onde a situação econômica e social é muito grave.

– Sempre lutei por melhor atuação do governo federal no Nordes-

te e vejo que o que tem sido feito para a região é ainda insuficiente. É preciso mudar isso por meio de programas compensatórios – pregou Antonio Carlos.

O senador disse que uma das formas de mudar o quadro de pobreza na região é a constituição de verbas no Orçamento da União. Ele também enfatizou a necessidade de programas para o aproveitamento dos recursos hídricos do Nordeste.

Governadores: só "dever de casa" não basta



Ronaldo Lessa
Alagoas

"Atender o Nordeste não é nenhum favor"

"O atendimento especial ao Nordeste não é nenhum favor, mas uma forma de compensar a região por ter sido marginalizada. Não dá para pedir empréstimos externos (ao Banco Mundial, por exemplo) porque as regras atuais impedem a elevação do endividamento se não houver garantia do Tesouro Nacional. Sem dinheiro externo, entretanto, não há como investir em turismo que poderia ser uma fonte de renda importante para o Nordeste. Ao ajuste fiscal tem que corresponder o ajuste social, uma vez que sempre se paga mais do que os 13% da receita líquida previstos na resolução do Senado. Já chegamos a pagar 31% da receita e não paramos de arcar com juros sobre juros. Precisamos construir fundos para solucionar o problema da Previdência e estender a Lei Camata (restrição aos gastos com funcionalismo) ao Legislativo e ao Judiciário."



Jarbas Vasconcelos
Pernambuco

"Novas regras devem valer para todos"

"A situação é difícil e generalizada, mas para resolvê-la é preciso um mínimo de articulação. Neste sentido o PPA (*plano de ação do governo federal lançado ontem*) é importante porque nos devolve unidade com obras que se estendem por mais de um estado. Se a solução para o endividamento é a redução do percentual da receita líquida para 5%, então que valha para todos os estados brasileiros e que não fiquem alguns estados fazendo sacrifícios para pagar suas dívidas enquanto outros mantêm sua posição indefinida. Não há porque termos governadores mais espertos que outros. A solução para o problema da seca é com Deus. O que podemos fazer é tentar conviver com a seca e para isso o governo federal não pode suspender a ajuda ao Nordeste."



César Borges
Bahia

"Precisamos investir na infra-estrutura"

"O Nordeste sofre com problemas estruturais e com a pobreza. É necessário atendimento especial para a região. O eixo do desenvolvimento tem sido as regiões Sul e Sudeste, não há como negar. Na Bahia começamos a fazer o ajuste fiscal na gestão de Antonio Carlos Magalhães e mudamos completamente o estado. Hoje nossa folha de pagamento equivale a 53% da receita, abaixo do que determina a Lei Camata. Temos, portanto, condições de honrar o pagamento da nossa dívida, mas o ônus de qualquer forma é grande, em razão das enormes carências que temos em matéria de infra-estrutura, como o transporte da safra. Precisamos investir para melhorar a nossa infra-estrutura, que é frágil."



Garibaldi Alves
Rio Grande do Norte

"Falta diálogo na elaboração da reforma"

"O nosso problema é estrutural. Enquanto não revitalizarmos a Sudene – ou extinguirmos a Sudene – continuaremos assim. A Sudene finge que promove o desenvolvimento mas apenas paga aos trabalhadores um salário de R\$ 60,00. Os setores produtivos se ressentem do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e do Banco do Nordeste. Precisamos de aval para os empréstimos externos, mas não se consegue. Atualmente destinamos 7,4% da receita líquida para o pagamento da dívida, o que corresponde a R\$ 6 milhões. Está faltando diálogo na elaboração da reforma tributária. Não consultam os estados porque acham que os estados não querem a reforma com medo de perder recursos."

Roberto Paulino
Vice da Paraíba

"Aqui não existem caloteiros"

"Em 1995, o comprometimento da receita com o pagamento da dívida foi fixado em 9%, quando os secretários de estado pediam 7%. Se for fixado o percentual de 5%, como está propondo o senador José Alencar, os governadores poderão arcar com o pagamento da dívida. O momento é de entendimento e queremos tratamento



igualitário. Aqui não têm caloteiros. Quero louvar a iniciativa do presidente Fernando Henrique pelo lançamento do PPA, mas é preciso registrar que ele não tem interesse em valorizar a irrigação, o que é ruim para uma região em que está crescendo a fruticultura irrigada."

Francisco Mão Santa
Piauí

"Fizemos um enorme esforço fiscal"

"Há quatro anos estivemos aqui reclamando do peso da dívida. A história se repete. Em 1994, os secretários de Fazenda firmaram um documento dizendo que só poderiam usar 7% da receita com o pagamento da dívida, mas os orgulhosos técnicos do governo federal menosprezaram o documento. Fizemos esforço fiscal, demitimos funcionários fantasmas e diminuímos cargos comissionados, além de demitir 10



mil servidores. Esse negócio de dever de casa é papo furado. Imaginem que o Tesouro Nacional queria que eu fechasse a Cohab (companhia habitacional) que tinha me permitido construir 30 mil casas populares. Nossa folha de pagamento equivale a 60% da receita, mas estamos desequilibrados e já chegamos a destinar 33% da receita ao pagamento da dívida."

Ney Suassuna reúne Malan e os senadores

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), reuniu na noite de ontem, em sua residência, membros titulares e suplentes da comissão num jantar com o ministro da Fazenda, Pedro Malan. O debate centrou-se nas alternativas que vêm sendo examinadas pela CAE de redução do percentual da receita para pagamento do serviço da dívida dos estados e no pedido do governo do Rio de Janeiro para refinar sua dívida mobiliária. Também estiveram presentes o governador do Rio, Anthony Garotinho, e o presidente do Banco do Brasil, Andrea Calabi.

Suassuna disse que faz parte da sua prática política promover encontros semelhantes. Na semana passada, contou, jantou em sua casa o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares:

– Esses encontros proporcionam boas conversas sobre assuntos sérios, que muitas vezes não podem ser discutidos em público – argumentou.

O senador José Alencar (PMDB-MG) afirmou que os encontros promovidos por Suassuna "têm sido de grande proveito para o Brasil". De acordo com Ney Suassuna, o jantar deverá ainda estabelecer maior entrosamento entre a área econômica do governo e os senadores.



Malan discutiu alternativas para facilitar pagamento da dívida dos estados

CAE aprova restituição de IR em até 60 dias

Acolhido por 18 votos contra um, projeto de autoria do senador Pedro Simon estabelece juros de mora de 1% caso o prazo de dois meses a partir da apresentação da declaração do imposto não seja obedecido pelo governo

BRB vai gerir recursos do Fundo do Centro-Oeste

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem por unanimidade, em caráter terminativo, projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que transfere a gestão dos recursos do Fundo do Centro-Oeste, atualmente atribuída ao Banco do Brasil, para o Banco de Brasília (BRB). O projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.



Luiz Estevão prevê melhor distribuição de recursos para o DF

O parecer favorável à matéria, de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), foi discutido na reunião da comissão realizada na semana passada. Na ocasião, foi concedida vista coletiva do projeto. De acordo com o substitutivo de Fogaça, o BRB será o agente financeiro credenciado pelo Ban-

co do Brasil para a aplicação dos recursos do Fundo do Centro-Oeste na área do Distrito Federal.

Durante a discussão da matéria, Estevão disse que a administração do FCO pelo BRB poderá proporcionar melhor distribuição dos recursos para o Distrito Federal. O relator da matéria considerou que o BRB é o agente "mais habilitado" para avaliar os financia-

mentos pleiteados no Distrito Federal, de acordo com as necessidades locais. — O BRB cresceu muito desde a data de criação desses fundos constitucionais, tanto em termos de capital como em número de agências e de clientes — argumentou.

Empréstimo à prefeitura de São Francisco de Paula é aprovado

Parecer do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), favorável ao pedido da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula (MG) para contratar operação de crédito no valor de R\$ 242 mil, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os recursos do empréstimo serão destinados ao financiamento de estudos, projetos técnicos, execução de obras e construção de galpões industriais, segundo a prefeitura.

O empréstimo será contratado junto ao Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas

Gerais (BDMG). Terá juros de 0,5654% ao mês e deverá ser pago em 48 meses, após 12 meses de carência.

Em seu parecer, Lúdio Coelho opinou pela aprovação do empréstimo, mas vinculou a efetiva contratação da operação à apresentação ao Banco Central, pela prefeitura de São Francisco de Paula, do demonstrativo da execução orçamentária de 1998 e de certidões negativas do FGTS, INSS e tributos federais, pois as encaminhadas eram referentes a 1998 e encontravam-se, portanto, vencidas.

A matéria será agora examinada pelo plenário do Senado.

A restituição do Imposto de Renda e de proventos de qualquer natureza, retidos na fonte, deverá ser feita em até 60 dias após a entrega da respectiva declaração, segundo projeto aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), teve parecer favorável do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), na forma de substitutivo, e seguirá para a Câmara.

O imposto a ser restituído, de acordo com o substitutivo, deverá ser acrescido de juros calculados com base no mesmo índice utilizado para a atualização dos créditos da União, a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao ano-base do imposto.

Caso a restituição seja efetuada após o prazo de 60 dias estabelecido pelo projeto, incidirão sobre o montante a ser restituído juros de mora de 1% ao mês



Pedro Simon apresentou a proposta que recebeu parecer favorável de José Eduardo Dutra

ou fração. A restituição, segundo explicou José Eduardo Dutra em seu parecer, será feita pelas delegacias da Receita Federal ou por instituições financeiras autorizadas. Ele elogiou o projeto de Simon.

Comissão ouvirá Garotinho, Covas e Fraga sobre créditos para SP e RJ

Os governadores Mário Covas, de São Paulo, e Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, serão convidados a comparecer à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no dia em que forem votadas operações de crédito para seus respectivos estados. Os governadores deverão prestar esclarecimentos aos senadores sobre operações de crédito que deverão ser examinadas pela comissão. Para debater operações de crédito para São Paulo, será convocado o



A comissão aprovou requerimentos do senador Eduardo Suplicy solicitando a presença dos dois governadores e do presidente do Banco Central

presidente do Banco Central, Armínio Fraga. A comissão aprovou ontem requerimentos do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando a presença das três autoridades.

Suplicy quer que o governador Mário Covas preste esclarecimentos sobre as operações de crédito que São Paulo pretende contratar no valor total de US\$ 95 milhões, destinados ao financiamento parcial do Projeto de Manejo e Conservação do Solo (Microbacias) e do Projeto Integrado de Transporte Urbano (Ligação Barra Funda-Roosevelt). Em relação ao Rio de Janeiro, o governador Anthony Garotinho deve prestar informações sobre o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado e sobre o pedido de autorização para emissão de Títulos do Tesouro Estadual, visando ao refinanciamento da dívida mobiliária do

estado vencível este ano.

Suplicy disse ter requerido a presença de Fraga e dos governadores devido à importância das operações. O senador Osmar Dias (PSDB-PR), relator dos projetos referentes aos empréstimos de São Paulo, informou que está enfrentando dificuldades para relatar as propostas e que até a presidência do Senado enviou um ofício ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, pedindo informações sobre esta operação.

— Estou aguardando um desfecho desse pedido. É impossível relatar a matéria porque tenho dois pareceres diferentes do Banco Central sobre esse assunto — disse o senador.

Osmar Dias reconheceu o esforço que os senadores de São Paulo têm feito para solucionar o problema, mas disse ter recebido um ofício do Banco Central em 8

— Em boa hora e até com grande atraso vem esse projeto, que procura neutralizar uma das cruciais desvantagens dos contribuintes nas suas relações com o fisco. Soa até incompreensível a desigualdade com que são tratados os créditos recíprocos. Ao mesmo tempo em que tudo faz para fazer valer os privilégios que a lei confere aos créditos tributários, a administração, em regra geral, se omite ou negligencia na devolução das importâncias indevidamente recolhidas dos sujeitos passivos. Ou, não raro, opõe-lhes entraves burocráticos protelatórios que chegam muitas vezes a inviabilizar a restituição.

O substitutivo foi aprovado por 18 votos contra um, do senador Bello Parga (PFL-MA). O senador Luiz Otávio (PPB-PA) votou a favor e ressaltou o fato de o autor do projeto ter sido lançado candidato à Presidência da República pelo PMDB do Rio Grande do Sul.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Hidroginástica para gestantes
7h30 — *Especial Unip* — Mudar e vencer
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — Senador Mozerildo Cavalcanti fala sobre a crise política na América do Sul
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
10h — Sessão do Congresso (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição e Justiça (gravada)
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (íntegra)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Entrevista Especial* com o cardiologista Adib Jatene
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Em seguida Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

CE decide hoje sobre o reaproveitamento de livros didáticos

Em reunião marcada para após a Ordem do Dia de hoje, a Comissão de Educação (CE) aprecia o projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que estabelece critérios para a reutilização de livros didáticos. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Freitas Neto (PFL-PI), presidente da CE.

A proposta determina que os livros didáticos sejam adotados nas escolas de ensino fundamental e médio pelo prazo mínimo de três anos consecutivos. De acordo com o projeto, a prévia avaliação de livros a serem adquiridos com recursos públicos deverá levar em conta também sua reutilização.

A pauta da CE traz outros projetos importantes, entre eles o da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que prevê a concessão de incentivos fiscais para meios de comunicação social e de transportes e outras empresas que divulgarem fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados, com identificação e número telefônico visando sua

localização. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Projeto semelhante de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), relatado pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), também na pauta da CE, obriga as empresas de rádio e televisão a destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos.

A comissão deve ainda examinar outras proposições de destaque, como a que institui o ensino de direitos humanos na formação das autoridades policiais; o que institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano; o que acrescenta o nome de Ulysses Guimarães ao Aeroporto Internacional de São Paulo; e o que dá o nome do senador Oscar Passos ao aeroporto em construção em Rio Branco (AC).

A pauta da CE tem, ao todo, 25 itens, sendo 17 deles projetos de decreto legislativo para renovação de permissão para rádios.

Reunião da CRE discute convocação de ministros

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) adiou para hoje, às 17h30, a reunião que estava convocada para ontem destinada a votar três requerimentos de audiências públicas com os ministros José Sarney Filho, do Meio Ambiente; Elcio Alvares, da Defesa; e Luiz Felipe Lampreia, das Relações Exteriores. Questões ligadas à Amazônia serão tema das audiências.

Sarney Filho poderá ser convidado a falar sobre aspectos ambientais envolvendo a região. Informações a respeito da posição brasileira sobre a tentativa de regionalização pelos Estados Unidos dos conflitos internos na Colômbia, bem como a ingerência norte-americana nos assuntos internos brasileiros referentes à política de combate ao narcotráfico são temas a serem tratados por Elcio e Lampreia. Os requerimentos são de

autoria dos senadores Tião Viana (PT-AC), Roberto Freire (PPS-PE) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

A CRE analisa três acordos firmados com a Argentina sobre transporte fluvial fronteiriço, integração cultural e isenção de vistos entre os dois países, e outro com a República Tcheca sobre o exercício do emprego de dependentes de pessoal diplomático. A comissão aprecia também a indicação de José Nogueira Filho para o cargo de embaixador do Brasil em Israel.

Também estão na pauta da CRE o texto da convenção interamericana para a proteção e conservação das tartarugas marinhas, efetivada em Caracas; o protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul; e a adesão do Brasil ao texto do acordo de cooperação, na área do desporto, entre Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.



Sarney coloca os requerimentos em pauta hoje à tarde



Para os senadores, recentes decisões do Supremo Tribunal Federal afetam trabalho das CPIs

CPIs vão levar ao Congresso restrições impostas pelo STF

Presidentes das duas comissões querem discutir limites à investigação parlamentar com Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer

Depois de ouvir no final da tarde de ontem a opinião da assessoria jurídica, a CPI do Sistema Financeiro decidiu que os problemas provocados pelas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal devem ser levados aos presidentes do Senado e da Câmara, senador Antonio Carlos Magalhães e deputado Michel Temer.

Por proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS), ficou acertado que o presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), irá com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI do Judiciário, aos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional para expor a situação:

– Ficou muito claro que as decisões do STF são muito sérias e afetam profundamente o funcionamento de qualquer comissão parlamentar de inquérito e o assunto tem de ser tratado pelo Congresso – afirmou à imprensa o senador Pedro Simon.

O senador Bello Parga tem pensamento idêntico:

– As decisões provocam uma crise institucional. O Supremo está interferindo nas atribuições constitucionais das CPIs. Os presidentes Antonio Carlos e Michel Temer vão decidir se é preciso mudar a legislação, para fixar claramente os poderes das CPIs, ou se pode haver uma solução política

para o problema – disse o senador.

Há cerca de 10 dias, o plenário do STF decidiu que a CPI do Sistema Financeiro não poderia ter determinado a indisponibilidade de bens e a busca e apreensão de documentos nas empresas do ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola (Banco Marka). O plenário do Supremo ainda não julgou o mérito de outros nove mandados de segurança impetrados por pessoas investigadas pela CPI, a maioria questionando a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal determinada pela CPI (os investigados obtiveram liminar contra a quebra dos sigilos).

Comissão de Orçamento aprova crédito para Previdência

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), aprovou ontem parecer favorável do deputado José Lourenço (PFL-BA) para abertura de crédito suplementar de cerca de R\$ 84 milhões para o Ministério da Previdência e Assistência Social. Os recursos serão destinados à continuidade de programas, como o de apoio à criança carente e à pessoa idosa, e ao combate ao trabalho infantil-juvenil.

Na mesma reunião, a comissão aprovou relatório do deputado Danilo de Castro (PSDB-MG), destinando cerca de R\$ 50 milhões, também em créditos suplementares, para o Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde. Os recursos deverão ser usados na aquisição de vacinas contra meningite, pneumonia, hepatite B, rubéola e sarampo.

A comissão aprovou ainda parecer do senador José Alencar (PMDB-MG) que abre crédito es-

pecial de R\$ 190 mil em favor do Senado para pagamento de juros do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na implementação do Projeto Interlegis, que cria uma rede de informações ligando os legislativos nos níveis federal, estadual e municipal. Todas as matérias deverão ser aprovadas pelo plenário do Congresso Nacional.

Gilberto Mestrinho (C) presidiu a reunião da comissão, ontem



Amir Lando pede ações do governo contra a violência

Senador diz que o Brasil vive um estado de guerra e culpa não só as dificuldades econômicas, mas, sobretudo, a crise moral que abala o país

Uma série de assassinatos de políticos e policiais em Rondônia e a ameaça de morte ao arcebispo de Porto Velho, dom Moacyr Grechi, levaram o senador Amir Lando (PMDB-RO) a protestar contra a violência "que assola o estado e que, dia a dia, toma conta do país". Para o senador, o Brasil vive um estado de guerra não declarada devido não só à crise econômica mas, sobretudo, a uma crise moral que não consegue frear a violência.

Embora a segurança pública seja garantida na Constituição, Lando disse que a situação brasileira chegou a um ponto em que quem quer ter segurança é obrigado a contratar um serviço privado, assim como quem deseja ter atendimento médico é obrigado a contratar um plano de saúde privado ou quem deseja estudar precisa se matricular numa escola particular.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO), em aparte, disse que a solução para a violência de Rondônia passa por uma injeção de recursos do governo federal e pela criação de empregos, pois o estado está falido e nada pode fazer em relação à má qualidade da



Lando denunciou série de assassinatos e ameaças ao arcebispo de Porto Velho

segurança pública. Amorim espera que os projetos do Plano Plurianual, anunciado pelo presidente da República, tragam melhorias.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que alguns estados exigem que o Congresso Nacional estabeleça uma relação diferenciada com o governo federal. A senadora comparou as saí-

das para a população miserável utilizando como exemplo a criança que vende doces no semáforo. "O que é mais fácil para uma criança? Passar o dia todo no sol vendendo *drops*, ou cair na marginalidade, no tráfico de drogas, onde ela pode ganhar dez vezes mais?", questionou Heloísa.

Amir Lando lembrou que o Banco Central interveio no Banco do Estado de Rondônia (Beron) quando a dívida era de R\$ 50 milhões e, quatro anos depois, entregou o banco com R\$ 560 milhões de débito, deixando para a população do estado uma dívida impagável. O senador pediu que o governo federal faça uma auditoria nessa dívida e devolva o que pertence ao povo do estado, principalmente às gerações futuras.

O senador ressaltou ainda a "impunidade que vem de cima" e que dá mau exemplo para as camadas mais pobres da população. "Ladrões de galinha vão para a cadeia e os mais abastados conseguem escapar", resumiu. Lando pregou ainda a necessidade da retomada de valores éticos e a punição dos maiores responsáveis pela atual situação.

Rocha cobra explicação de Malan para devolução de dinheiro ao Bird

Em requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pede explicações quanto aos motivos que levaram o Banco Mundial (Bird) a solicitar ao Brasil a devolução de US\$ 3,3 milhões em prestados pela instituição. O banco acusa o governo brasileiro de ter violado procedimentos na aquisição de kits para testes de Aids.

O senador disse que, em carta assinada pelo diretor do Bird, Gobind Nankani, o banco informa que dois contratos, feitos com as empresas Becton Dickinson e Organon Teknica, foram produzidos de uma maneira incompatível com os procedimentos estabelecidos no acordo do empréstimo.



Sebastião Rocha lamentou que Malan tenha dito que orientará economia pelos mesmos caminhos

Senador considera marcha um marco na história brasileira

"A grandiosa marcha de quinta-feira passada servirá de marco para um momento importante de transformações no cenário político brasileiro", disse ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao comentar a "Marcha dos 100 Mil". O senador afirmou que, embora as lideranças governistas tentem subestimar a manifestação, "a presença maciça do povo nas ruas fará com que o presidente Fernando Henrique e sua equipe estabeleçam um processo de revisão na política econômica".

Para o senador, embora não tenha havido um consenso das oposições sobre o questionamento central da manifestação, ela estabeleceu um parâmetro de descontentamento da sociedade com a atual situação.

Sebastião Rocha considerou positiva a reação do presidente, o qual disse que refletirá sobre os apelos da população, mas lamentou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tenha dito que orientará a economia nos caminhos que vem conduzindo até o momento.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) comentou a dificuldade das oposições de apresentar uma proposta concreta para o país. O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que concordava com a legitimidade da marcha, mas discordava da tese de renúncia presidencial, defendida pelo ex-governador Leonel Brizola.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ressaltou a mudança de postura da base governista em relação à marcha, dizendo que "primeiro eles assumiram uma posição de terrorismo, depois começaram a dizer que a manifestação não tinha proposta, como se esse fosse o papel de uma manifestação de protesto".

Suassuna diz que Nordeste se mobiliza contra a seca

Em decorrência dos efeitos da seca nordestina, os prefeitos das regiões mais afetadas realizarão, no próximo dia 15, o SOS-Seca, protesto através do qual reivindicarão do governo federal políticas eficazes e permanentes contra a seca. O registro foi feito ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que explicou a estratégia dos prefeitos. "Há a possibilidade de interdição de rodovias e decretação de feriado no dia 15 de setembro, como forma de viabilizar a adesão e a expressividade do protesto contra o descaso das autoridades centrais."

O movimento, informou Suassuna, é articulado por associações municipalistas dos estados nordestinos, sob coordenação da entidade em Pernambuco, onde 3 milhões de pessoas da região metropolitana da Grande Recife "sofrem o pior racionamento de água da história". No Nordeste e no norte de Minas Gerais e Espírito Santo, 706 municípios decretaram estado de emergência ou de calamidade pública, enquanto avaliação da Sude-ne aponta outras 676 cidades em estado considerado crítico, acrescentou o senador. Além de planos permanentes, o SOS-Seca reivindica o aumento do salário pago nas frentes produtivas (de R\$ 60 para R\$ 136) e manutenção do programa por cinco anos.

Suassuna disse que ontem representantes das prefeituras reuniram-se em Recife com o superintendente da Sude-ne, Aloísio Sotero, "para discutir mais um plano de ação contra a seca", já que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) constatou baixa recuperação das reservas hídricas e intensificação da seca até o final do ano. Jefferson Pêres (PDT-AM) aparteu Suassuna para destacar que a gra-

vidade do processo de desertificação – que pode vir a atingir grande parte dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará – exige uma ação conjugada dos poderes públicos. José Eduardo Dutra (PT-SE), por sua vez, salientou que fenômenos climáticos como a seca nordestina são cíclicos e hoje podem ser previstos com alto grau de confiabilidade, "mas nossas elites governamentais insistem em tratar o problema como emergencial". O Plano Plurianual (PPA), divulgado ontem pelo governo, integra projetos contra a seca e Dutra disse esperar que "eventos como esses não se transformem em meros factóides", com medidas estruturais sendo adiadadas permanentemente.

Suassuna afirmou ter ficado satisfeito com o pronunciamento do presidente da República na apresentação do PPA e manifestou sua esperança de que o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, "seja realmente levado adiante". O projeto de transposição foi considerado por Dutra "de uma falta de profundidade técnica absurda". O senador pela Paraíba concordou, mas enfatizou que o projeto limitou-se à análise da viabilidade econômica, faltando a finalização do estudo técnico.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), por sua vez, lembrou que os reservatórios de água decorrentes da conclusão de seis hidrelétricas no Tocantins também poderão beneficiar o Nordeste. Ele contestou que o PPA seja um factóide "como a entrega de 1,5 milhão de assinaturas por uma CPI da Telebrás", pois "o que tivemos hoje de manhã foi uma tomada de decisão que conta com o apoio expressivo do Senado".

Prefeitos das cidades afetadas realizarão no dia 15 o SOS-Seca, protesto pelo qual reivindicarão medidas concretas contra o problema

Maldaner quer oficializar Dia do Advogado em 11 de agosto

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem projeto de lei que estabelece o dia 11 de agosto como data comemorativa do Dia do Advogado. Segundo o senador, a proposta visa acabar com o conflito de datas e mantém a tradição, uma vez que 11 de agosto também é o dia de Santo Ivo, padroeiro da profissão, e o dia da fundação dos cursos jurídicos no Brasil.

– Em pesquisa nos bancos de dados do Congresso, consulta à Ordem dos Advogados do Brasil, à Consultoria e Subsecretaria de Informações do Senado, constata-se que o Dia do Advogado é comemorado no 11 de agosto em razão, apenas, de decisão do Conselho Federal da OAB,

não existindo lei específica que oficialize a matéria – revelou o senador.



Casildo Maldaner afirma que comemoração se baseia apenas em decisão da Ordem dos Advogados

Suplicy duvida que novo PPA possa assegurar erradicação da pobreza

Senador do PT vê “muito gradualismo” do governo na luta contra a miséria, mas acredita que existe a chance de se acabar com a fome no país no prazo de cinco anos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou sua dúvida em relação à capacidade que o Plano Plurianual – divulgado pelo governo ontem – terá de erradicar a pobreza. “Há muito gradualismo no ritmo da luta contra a miséria, anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso”, comentou.

Suplicy lembrou o “sonho” de dom Hélder Câmara, anunciado em programa de televisão, em 1991, de ver a erradicação da miséria no Brasil até o ano 2000. “Era um so-

nho viável, mas estamos muito longe dele”, ressaltou.

Segundo Suplicy, estamos diante de nova oportunidade de acabar com a miséria, talvez no prazo de cinco anos. “Mas o PPA prevê entre 60% e 100% de investimentos privados em numerosas metas sociais, quando os próprios empresários da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) garantem não haver recursos suficientes para esses investimentos. Uma coisa são as palavras, outra coisa são os fa-

tos”, sentenciou.

O senador por São Paulo estranhou ainda a queda no número de famílias assentadas no programa de reforma agrária. “Durante quatro anos, o governo manteve a média de 70 mil famílias por ano. Mas em 1999 serão apenas 25 mil famílias. No PPA, o governo acena com o assentamento de 295 mil famílias, em três anos, mas as medidas anunciadas não parecem estar indo nessa direção”, concluiu Eduardo Suplicy.



Suplicy estranhou queda do número de famílias atingidas pelo programa de reforma agrária

Segundo Arruda, plano permitirá crescimento superior a 4% do PIB

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), ressaltou ontem que os investimentos do Plano Plurianual (PPA), anunciados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em solenidade realizada no Palácio do Planalto, garantem um crescimento anual da economia superior a 4%, o que diminuirá bastante os atuais índices de desemprego.

Para Arruda, o discurso de Fernando Henrique Cardoso colocou “um ponto final” no falso dilema entre querer a estabilidade da moeda ou o desenvolvimento econômico. “O presidente mostrou ser perfeitamente possível conciliar as metas necessárias para obter o ajuste fiscal com ações do governo visando ao desenvolvimento econômico. Cerca de 67% das rubricas do orçamento para o ano 2000 con-



Arruda disse que metas do PPA dão resposta à insatisfação popular com o governo

templam metas sociais”, afirmou.

José Roberto Arruda reconheceu haver, nos dias de hoje, uma insatisfação popular com o governo. “Mas as metas previstas no PPA darão uma resposta adequada a essa insatisfação. Em três anos, nenhuma criança em idade escolar estará fora da escola pública. Também há recursos assegurados para colocar 500 mil crianças nos ensinos do 2º

grau e técnico”, destacou.

O senador pelo DF considerou um firme compromisso do governo acabar com o trabalho infantil. “Através do programa de complementação de renda mínima, hoje implantado ainda em bases tímidas, poderemos viabilizar a sobrevivência das famílias, sem necessidade de recorrer ao rendimento do trabalho de crianças”, disse Arruda.



Cabral lembrou trajetória da Rede Amazônica, ao completar 27 anos de fundação

Cabral faz homenagem a rede de TV

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) prestou ontem uma homenagem à Rede Amazônica de Televisão pelo seu 27º aniversário, afirmando que foi graças a essa rede de TV que as populações da fronteira – na cidade de Benjamin Constant –, por exemplo, aprenderam a cantar o Hino Nacional.

Cabral lembrou a atuação da empresa ao longo desses 27 anos, citando, entre outras atividades, o patrocínio à Fundação Rede Amazônica, que forma profissionais para os diversos veículos de comunicação, e destacou o fato de a Rede Amazônica “nunca ter-se transformado num balcão de negócios”.

Cabral creditou o sucesso da TV aos seus fundadores, nas figuras de seu presidente, Phelippe Daou, do diretor-superintendente, Milton de Magalhães Cordeiro, e de Joaquim Margarido. A Rede Amazônica, segundo informou o senador, atinge toda a Amazônia Ocidental, que abrange os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.



Wilson vê o governo federal “distante” do Nordeste e de Pernambuco, em particular

Carlos Wilson comunica desfiliação do PSDB

O senador Carlos Wilson (PE) comunicou oficialmente ao plenário do Senado que desde ontem não é mais integrante da bancada do PSDB. Ele disse que a decisão de mudar de partido não lhe trazia “nenhum prazer ou satisfação”, mas que ela resultou de profunda reflexão e, assim, nada tinha de leviana ou precipitada:

– Desde algum tempo tenho convivido com o dilema de ver o governo distante das necessidades sociais do Nordeste, em geral, e do estado de Pernambuco, em particular – justificou o senador de 49 anos, eleito em 1994 pela coligação PSDB/PFL/PP.

Mauro diz que PMDB cresce em Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou ontem o crescimento de seu partido em Goiás, afirmando que o PMDB está se expandindo em função das promessas não cumpridas do atual governador Marconi Perillo, do PSDB, em especial a criação de 100 mil empregos em quatro meses e a distribuição maciça de bolsas-escola e bolsas universitárias.

Mauro Miranda disse que, como presidente regional do PMDB, percorreu todo o estado conversando com prefeitos, vereadores, dirigentes de diretórios e militantes e pôde constatar “não ser tão pacífico quanto antes o apoio irrestrito e incondicional ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Não defendem a tese do afastamento do governo, mas querem um novo pacto com a região”, afirmou.

Segundo ele, há quem entenda que o PMDB deve abandonar os cargos federais que ocupa, “especialmente depois do susto da semana passada”, quando foi anunciado que o gasoduto Brasil-Bolívia não seria estendido a Goiás e ao DF. Diante das reações das lideranças do Centro-Oeste, o governo decidiu rever a decisão.

Para Mauro Miranda, é imprescindível que o governo federal leve adiante uma política de infra-estrutura para a região, se quiser manter o apoio dos goianos. “Entre os projetos, temos particular apreço pela duplicação da rodovia Goiânia-São Paulo e a construção da ferrovia Norte-Sul, incluídos na programação mas cancelados pelo governo em função da crise cambial do começo do ano”, disse.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) aplaudiu a iniciativa de Mauro. Para ele, foi a coesão do PMDB que levou o governo a manter a extensão do gasoduto até Goiás. “Seria impensável cancelar esse trecho que vai atravessar a maior área contínua agricultável do mundo. A energia barata e não-poluente tornará a agricultura da região mais competitiva”, concluiu.



Mauro revelou que algumas bases do partido defendem entrega dos cargos federais

Osmar condena aprovação de empréstimos estaduais

Aumentar o endividamento dos estados, afirma senador, significa contribuir para a elevação do desemprego e dos juros. Ele também critica a posição do presidente de BC em relação a solicitação de crédito feita por São Paulo

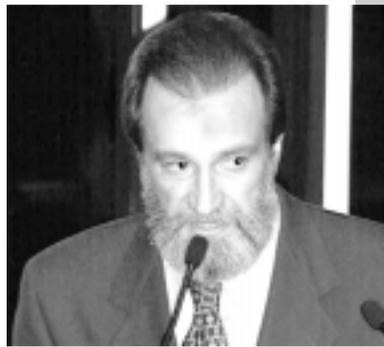
O senador Osmar Dias (PSDB-PR) condenou ontem a aprovação de novos empréstimos estaduais, o que, para ele, pode contribuir ainda mais para o aumento das taxas de juros e do desemprego. O senador fez a afirmação ao comentar o pedido de empréstimo feito pelo estado de São Paulo junto ao Banco Mundial, num total de US\$ 100 milhões.

Osmar Dias, relator do pedido na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pediu à Mesa que registrasse nos Anais do Senado dois ofícios assinados pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga. O primeiro, datado de 8 de julho,

nega o pedido de empréstimo de São Paulo. O outro, de 25 de agosto, é favorável à solicitação.

Para o senador, Armínio Fraga "lavou as mãos e jogou a bola para o Senado". Ele elogiou a iniciativa do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de requerer do ministro da Fazenda, Pedro Malan, informações sobre operações de crédito externo. Ele condicionou a elaboração de seu parecer ao recebimento desse relatório.

Osmar Dias tem encontro hoje com Malan, e deverá tratar do assunto. Ele acredita que a aprovação do pedido de



São Paulo obrigará o Senado a aprovar pleitos de outros estados. No seu entender, para atingir as metas ditadas pelo

Osmar acredita que Armínio Fraga "lavou as mãos" ao se manifestar sobre pedido de empréstimo feito por SP

FMI, o Congresso aprovou medidas de ajuste fiscal que "colocaram um peso enorme nos ombros da população do país" e agora não pode tomar decisões que contrariem esses atos.

Osmar Dias aproveitou para desmentir que o governo esteja atingindo as metas do ajuste. Com base em dados obtidos junto à União, ele enumerou vá-

rios itens que não estão sendo cumpridos, como a determinação de que a dívida pública não supere 50% do PIB.

Por isso, conforme destacou, apoiou requerimento aprovado na manhã de ontem na CAE, de autoria de Eduardo Suplicy (PT-SP), convidando o governador paulista Mário Covas e o presidente do BC, para que possam esclarecer dúvidas dos senadores sobre o pedido de empréstimo.

Em aparte, Suplicy disse que, segundo o BC, as despesas com juros subiram de 7% a 9% das receitas correntes do governo, entre 95 e 97, para 25%, em 1998.

Jucá comemora lançamento do programa Avança, Brasil



Jucá considera a iniciativa "audaciosa, inovadora e moderna"

dos no Palácio do Planalto.

O plano, batizado pelo governo de "Avança, Brasil", prevê investimentos da ordem de R\$ 1,113 trilhão, destinados a ações da União em parceria com estados, municípios, estatais e

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) comemorou o lançamento do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o período de 2000 a 2003, feito ontem pelo presidente Fernando Henrique Car-

dos com o setor privado.

Classificando a proposta de metas encaminhada ao Congresso Nacional como "inovadora, audaciosa e moderna", o senador afirmou que o PPA demonstra que "o Brasil tem rumo e que o presidente Fernando Henrique sabe para onde conduzir o país". Jucá salientou a aplicação de R\$ 984 bilhões, em quatro anos, em atividades-fim, incluindo os gastos previdenciários.

O senador destacou o fato de 59,4% dos recursos se destinarem ao desenvolvimento social. Segundo ele, esse montante de recursos vai alavancar uma atividade econômica e social sem precedentes. Romero Jucá espera que o Congresso Nacional colabore na aprovação do PPA, aperfeiçoando-o em conjunto com o Executivo.

Amorim propõe presídios para criminosos perigosos

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) anunciou ontem que pretende apresentar projeto de lei criando presídios federais para os criminosos especiais, como grandes traficantes, chefes de quadrilha, ladrões de bancos e outras pessoas com poder de corromper o sistema carcerário.

Ele diz que, nessas instituições, os encarcerados poderão ficar isolados dos presos comuns, assim como dos funcionários do presídio, dos demais internos e dos familiares dos demais presidiários. Serão presídios federais especiais e terão segurança máxima, com funcionários selecionados.

Na opinião de Ernandes Amorim, com esse sistema em vigor, "não teremos ladrões de bancos e traficantes ricos corrompendo funcionários, outros pre-

sos, as famílias dos outros presos, e financiando fugas ou invasões de delegacias, nem provocando rebeliões".

O que ele considera essencial é que haja presídios federais em que os criminosos de alta periculosidade fiquem isolados do convívio com o preso comum. Para o senador, já é tempo de o governo federal pensar nisso e propor leis para reformar esse sistema.

Ele explicou que legislar sobre essa matéria "é uma competência concorrente da União e dos estados, cabendo à União a norma geral, que ainda não foi fixada". O senador também sugere um

programa que possibilite a recuperação do encarcerado comum, "livre da companhia de traficantes, que viciam e corrompem".



Amorim diz que projeto poderá evitar rebeliões de presos

Blairo Maggi prega mudança imediata do sistema tributário

"O Brasil não suporta mais conviver com o sistema tributário que aí está", afirmou o senador Blairo Maggi (MT), ao dizer que o Congresso tem agora a oportunidade de contribuir para que os brasileiros tenham um modelo fiscal mais justo e de acordo com a nova realidade do país e do mundo.

Explicando que o complexo modelo tributário brasileiro baseia-se na aplicação de impostos de natureza cumulativa, ele afirmou que, enquanto a maioria dos países desenvolvidos centra a taxa em cinco ou seis tributos baseados na riqueza já criada, o Brasil insiste em cobrar impostos sobre a produção. Em sua opinião, o certo seria taxar o consumo, a renda e o patrimônio.

— A União, os estados e os municí-



Para Blairo Maggi, impostos deveriam incidir sobre a renda, o consumo e o patrimônio

pios brasileiros taxam, de maneira impiedosa, o processo de geração de riquezas, que constitui o verdadeiro pulmão de qualquer economia — ob-

servou o parlamentar.

Blairo Maggi também condenou o fato de que, caso raro no mundo, o Brasil taxa de forma cruel os produtos da alimentação básica. Conforme o parlamentar, aqui os alimentos industrializados são tributados em 34,7%, em média, fazendo com que quanto mais baixa a renda maior o percentual pago em tributação.

O senador também afirmou que ao adquirir um produto alimentício o brasileiro com qualquer nível de renda paga 44 tributos, os quais incidem sobre a mercadoria e também sobre todos os insumos diretos e indiretos necessários à sua produção. Maggi disse considerar a voracidade do sistema tributário brasileiro "alarmante".

Carlos Patrocínio defende maior volume de recursos para o projeto Calha Norte

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defende mais verbas orçamentárias para o projeto Calha Norte. "Em 1999, o programa obteve, apenas, R\$ 1 milhão. Há informações confidenciais de que o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) não contempla o programa com dotações. Por isso, quero fazer um apelo ao governo para reverter essa decisão."

Para Patrocínio, o programa exige muitas realizações, entre elas a construção de hospitais em São Gabriel da Cachoeira (AM) e Iauaretê (AM), de 200 quilômetros da BR-307, da Escola Agrotécnica de São Gabriel, a instalação do Centro de Treinamento Pro-

fissional de Tabatinga (AM) e de 15 centros de saúde em áreas indígenas, além da edificação de seis pelotões especiais de fronteira.

Carlos Patrocínio afirmou ser fundamental manter uma presença cada vez mais efetiva das Forças Armadas na região amazônica. "A Colômbia vive tempos conturbados, até com presença de tropas estrangeiras em seu território. Pela proximidade geográfica, não podemos correr o risco de ver esses soldados dentro de nossas fronteiras, a pretexto de queimar plantações de maconha ou coca ou combater o narcotráfico", ponderou.

Em aparte, o senador Ernandes



Patrocínio: instabilidade na Colômbia pode aumentar o risco de ocupação da fronteira Norte

Amorim (PPB-RO) disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem colocado em risco a segurança das fronteiras brasileiras na Amazônia. "O projeto Calha Norte é fundamental não somente para garantir nossas fronteiras, mas também para promover o desenvolvimento econômico e social das populações da região Norte", avaliou.